O debate em torno do consumo de cigarros eletrônicos
Redação modelo

O cigarro eletrônico, também chamado “vape”, é o modismo dessa primeira metade do século 21, em especial entre os jovens. Levantamentos avalizados pela OMS concluem que a faixa etária mais afetada costuma ser entre 15 e 24 anos. Isso é motivo de preocupação, primeiro porque muitos deles acreditam que os vapes sejam menos danosos do que os cigarros convencionais, segundo porque a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) proíbe procedimentos e negócios em torno dessa demanda, mas não o uso individual. É preciso vencer o mito de que o cigarro eletrônico seja uma alternativa segura àqueles que pretendem começar a fumar. Ministérios, escolas e famílias devem pavimentar um caminho seguro à vida.

Nesse sentido, resgata-se a popularização do cigarro eletrônico, nos anos 2000, quando Hon Lik, farmacêutico chinês, migrou do cigarro convencional para o eletrônico, certo de que esse seria menos nocivo à saúde – isso porque o pai dele, também fumante, havia morrido em decorrência de câncer de pulmão. Com efeito, apesar de ainda não haver conclusões robustas acerca do que aqui se discute, há sinais de que o eletrônico tenha menor potencial ofensivo. Entretanto, isso não significa dano zero, não autoriza o uso, nem apaga os riscos de morte precoce, especialmente de quem fuma por anos a fio, uma vez que alguns eletrônicos contêm tabaco, nicotina e chumbo.

Além do mais, verifica-se que a Anvisa proíbe a fabricação, a importação, a comercialização, a distribuição, o armazenamento, o transporte e a propaganda de todos os dispositivos eletrônicos para fumar, embora não proíba o uso. Isso quer dizer que é possível usar os vapes adquiridos por vias clandestinas, o que agrava a situação, uma vez que, à falta de controle/inspeção da Anvisa, a droga pode ser ainda mais ofensiva. Usuários do eletrônico, a exemplo do que já houve nos EUA e no Reino Unido, acenam em favor da regulamentação, o que está longe de acontecer, uma vez que o Brasil é referência na produção do tabaco, que é utilizado em maior escala na fabricação do convencional. Estratégias para a regulamentação interferiria até mesmo na economia do país.

Desse modo, combater o uso de vapes na contemporaneidade exige uma abordagem em parceria com atores dos Ministérios da Saúde e da Educação, de escolas e de famílias. É essencial promover, por meio de campanhas educativas abertas a toda comunidade, orientações multidisciplinares, a fim de os fumantes conhecerem os riscos a que estão expostos. Além disso, são necessárias políticas públicas restritivas mais duras e mais ostensivamente fiscalizadas por agentes municipais, estaduais e federais. Essa estratégia tem a finalidade de priorizar a saúde da população – até porque a Constituição Federal garante a inviolabilidade do direito à vida.

Por Gislaine Buosi

Análise da estrutura textual:
Apresentação do tema;
Antecipação do primeiro argumento;
Antecipação do segundo argumento;
Tese;
Repertório sociocultural próprio e desenvolvimento do primeiro argumento;
Desenvolvimento do segundo argumento;
Proposta de intervenção social.